COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.047, DE 2011

Dispõe sobre compensação tributária
em caso de requisição de funcionários e dá
outras providências

Autor: Deputado Dr. UBIALI

Relator: Deputado VALDIVINO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.047, de 2011, de autoria do ilustre Deputado Dr. Ubiali, pretende estabelecer compensação tributária em caso de requisição de funcionários e dá outras providências.

O artigo 1º busca autorizar que as pessoas jurídicas de direito privado, que em virtude de requisição da Justiça Eleitoral para prestação de serviços de auxílio no processo eleitoral, tenham que ceder seus trabalhadores, com ou sem vínculo efetivo, ou seus imóveis, possam abater de quaisquer tributos e contribuições federais o montante definido por liquidação judicial, nos termos estabelecidos nesta proposição.

O artigo 2º, bem como os seus parágrafos 1º e 2º, instituem o processo de liquidação de que trata o artigo anterior, observando os princípios processuais da celeridade, informalidade e o da eficiência.

O artigo 3º e seus parágrafos tratam dos requisitos para que a autoridade judiciária determine a abertura do processo de liquidação para a entrega do laudo, com as despesas enumeradas pelo arbitrador nomeado.

O artigo 4º, seus incisos e parágrafos estabelecem as alternativas que a autoridade judiciária competente terá, no prazo de 10 dias,

caso se convença ou não dos motivos expostos pelo arbitrador, havendo inclusive, a possibilidade de recurso interposto pelo Ministério Público eleitoral caso não se convença dos motivos arbitrados, além de o rito a ser seguido pelo referido recurso.

O artigo 5º assegura que não havendo recurso ou sendo o interposto improvido, a autoridade judiciária competente lavrará certidão na qual fará constar o laudo do arbitrador e o valor que a empresa poderá abater dos impostos e contribuições federais.

O artigo 6º prevê que o valor que constar na certidão receberá o tratamento fiscal de crédito fiscal e poderá ser usado total ou parcialmente, pelo prazo de até 5 (cinco) anos pela empresa relativamente a quaisquer tributos e contribuições federais.

O artigo 7º busca instituir, em caso de fiscalização, que o auditor fiscal poderá exigir a certidão que faz constar o laudo do arbitrador e o valor a ser abatido pela empresa.

O artigo 8º autoriza as pessoas jurídicas de direito privado que tiverem cedido seus funcionários ou imóveis para eleições realizadas nos 3 (três) anos anteriores à data de publicação da Lei que resultar esta proposição, a requerer à autoridade judiciária competente a respectiva liquidação judicial.

Por fim, o artigo 9º estabelece que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificativa do autor, apesar de que o chamamento da Justiça Eleitoral, muito mais do que mera obrigação seja verdadeiro dever cívico-patriótico dos cidadãos e das empresas, não se pode perder de vista que estas, ao contribuírem com seus funcionários e bens, para a formatação da vontade nacional, incorrem, por vezes, ou na maioria das vezes em sérios ônus financeiros, que não pode ou não deve perdurar por mais tempo.

A proposição em epígrafe tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, conforme o artigo 54, do Regimento Interno desta Casa.

Coube-nos, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio apreciar a matéria, nos termos do artigo 32, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Presente Projeto de Lei veio à Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio para análise, quanto ao seu mérito no campo econômico. Após o Relatório, passo a emitir o meu voto.

O objetivo do Projeto de Lei é louvável, uma vez que cabe ao Poder Público, por meio do Judiciário, organizar e realizar o processo eleitoral. Portanto, nada mais justo que indenizar o setor privado pela cessão de pessoal, material e edificações. Neste sentido, o projeto agiliza a indenização e facilita o seu arbitramento, pela justiça.

Pelas justificativas apresentadas pelos autores, foi invocado o artigo 5º, inciso XXV, da Constituição Federal. Esta justificativa não dá segurança ao relator no sentido de que o Projeto de Lei mereça prosperar, eis que, naquele inciso (XXV), a previsibilidade da indenização ocorre quanto se tratar de caso de calamidade pública, que normalmente ocorre de forma imprevista, o que nem sempre é o motivo para que o Poder Judiciário possa, em eventos eleitorais, proceder a requisição de pessoal, material ou de imóvel ao setor privado, já que o processo eleitoral tem calendário pré-fixado e publicado, eliminando o risco de imprevisibilidade para se efetuar tais requisições.

Contudo, as demais justificativas, principalmente aquela que trata do ônus financeiro que recai sobre as empresas que têm requisitados pela Justiça Eleitoral, pessoal, material ou bens imóveis, cujo ônus de realização dos eventos eleitorais deve recair sobre o Poder Público, fazem com que o Projeto de Lei em análise, mereça prosperar e obter a aprovação.

Visando aperfeiçoar o Projeto de Lei, faço alterações em dois pontos:

No primeiro, acrescento parágrafo único ao artigo 1º, para definir que empresas públicas de direito privado, organizações filantrópicas e sociais ou qualquer pessoa jurídica que faça uso de benefícios fiscais, concedidos pela União, não façam jus aos benefícios desta Lei, porque o Poder Público, com tais benefícios fiscais, subsidia parte dos negócios destas

empresas ou entidades, ajudando a garantir seu equilíbrio fiscal e financeiro, e a cessão de pessoal, bens imóveis e materiais para a realização de eventos eleitorais, deve se constituir em contra-partida daquilo que o Poder Público já beneficia o setor Privado em questão.

No segundo, acrescento parágrafo sexto, ao artigo 6º, para determinar que a empresa beneficiária, tenha o prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhar à delegacia da Receita Federal, a que esteja jurisdicionada, cópia da certidão definida no *caput* deste artigo. Tal obrigatoriedade visa permitir que o Fisco Federal possa ter controle de créditos tributários concedidos na forma do Presente Projeto de Lei.

Assim, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.

É como voto e o submeto a apreciação desta Comissão.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2011.

Deputado VALDIVINO DE OLIVEIRA
Relator